

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**339**

**PEQUENOS MAS HONRADOS:  
UM JEITO PORTUGUÊS DE SER NA  
METRÓPOLE E NAS COLÔNIAS**

**Wilson Trajano Filho**

**Brasília  
2003**

## PEQUENOS MAS HONRADOS: UM JEITO PORTUGUÊS DE SER NA METRÓPOLE E NAS COLÔNIAS<sup>1</sup>

Wilson Trajano Filho  
Universidade de Brasília

Segundo a expressão felicíssima mas polêmica do historiador Richard Hammond, o colonialismo português representou uma forma de imperialismo não-econômico. O esforço por legislar e elaborar políticas para as possessões coloniais, que, até o fim do século XIX, eram dispersas por um vasto território, implicava em despesas com as quais Lisboa não podia se dar ao luxo de arcar. E apesar disto, os portugueses conseguiram consolidar sua autoridade e até mesmo ampliar os seus territórios ultramarinos em África, a despeito (e em resposta), por um lado, do garrote das grandes potências coloniais européias, que asfixiava de modo humilhante as pretensões lusitanas e, por outro, da enervante resistência das sociedades tradicionais africanas. Isto só foi possível, prossegue o argumento de Hammond, porque uma parcela da elite metropolitana desenvolveu ao longo da segunda metade do século XIX uma atitude com relação às colônias africanas que veio a se constituir num imperialismo não-econômico. Para este grupo, a possessão de territórios no ultramar não se justificava pela extração de proveitos econômicos que representavam, segundo Eça de Queiroz, os sórdidos detalhes com os quais não se importavam nem os heróis do glorioso período dos descobrimentos nem seus intrépidos e briosos descendentes. Pelo contrário, ainda segundo Eça, as possessões ultramarinas eram boas para se contemplar, para reafirmar para si mesmos que eles, os portugueses, eram um povo de marinheiros, uma nação colonizadora (Hammond 1966:139, 199). Como os símbolos para os exegetas, as colônias davam a pensar — pensar sobre as glórias passadas do tempo das caravelas, pensar a continuidade com esta época quase mítica e sobre os efeitos desta continuidade para a própria existência de Portugal como um estado nacional independente, ainda que pobre, dependente e humilhado por Inglaterra e França. Muito mais que o lucro imediato, continua Hammond, foram o brio, o sentimento patriótico e a indignação perante o insulto e a arrogância dos outros impérios coloniais europeus que fizeram com que homens do porte de António Enes, Mousinho de Albuquerque (em Moçambique) e João Augusto de Oliveira Muzanty (na Guiné) excedessem todas as expectativas e, quase sem nenhum apoio material da metrópole, erigissem o império colonial português inspirado nos grandes heróis das descobertas (:339-340).

Um entranhado pessimismo, saudosista de um passado idealizado como grandioso e pleno de glórias, marca o olhar português para África. Debilidade e fraqueza

---

<sup>1</sup> - Este texto é uma versão ampliada de parte do argumento exposto originalmente no trabalho “Higiene, Etiqueta e Projeto Civilizador em África”, apresentado no Seminário *Projetos Portugueses de Colonização em Três Continentes* promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB em 7 de junho de 2000. Alcida R. Ramos participou ativamente do processo de gestação das idéias aqui expostas, sempre com comentários precisos e com contribuições valiosas. Uma versão posterior foi apresentada no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais ocorrido no Rio de Janeiro em 2002 e posteriormente modificada graças às ricas observações de Juliana Braz Dias, Carla Costa Teixeira e Mariza Peirano.

(especialmente com relação à falta de meios materiais) e uma atitude aberta mas ambivalente de humildade pela indignação de então e de orgulho pelas glórias passadas têm caracterizado os discursos sobre a pretensão portuguesa em África elaborados desde o início do século XIX nos mais variados espectros da sociedade colonial. Mas, muito mais do que o produto de um olhar dirigido de dentro para fora, da metrópole para as colônias, o pessimismo a que me refiro tinge com as cores de uma certa tristeza tudo que alcança, pois a tudo entremeia. É mais um atributo do olhar e de seus sujeitos do que do objeto olhado. Dirige-se tanto a África quanto a Portugal, tanto às condições físicas do ambiente quanto à gente que o habita. No passado, se fazia presente na percepção de mundo de uma vasta gama de atores sociais cujos extremos eram, por um lado, a alta administração e a elite política de Lisboa e, por outro, uma massa de sujeitos coloniais. E como um índice do êxito de uma potência colonial frágil em criar em seus territórios ultramarinos uma hegemonia orientadora da percepção, ele continua ainda a atuar em muitas das jovens nações que surgiram da luta anticolonialista dos anos 60 e 70.

### **Transformação e permanência**

O problema que examino aqui tem a ver com a ação conjunta de continuidades e descontinuidades no processo histórico. Quando me refiro a Portugal como uma categoria de identificação política e cultural ao longo dos séculos não pretendo encontrar um referente monolítico e com elevada estabilidade semântica no tempo. O Portugal do período glorioso da expansão não é o mesmo do período da independência brasileira que, por sua vez, é distinto do Portugal dos 1870, quando começa a corrida pela África. Enquanto unidade de identificação política e cultural, os contornos que o definem são estabelecidos por atributos próprios de cada momento, que emergem das relações sociais estruturais entre os sujeitos históricos. Por isto é necessário ter em séria consideração os variados nexos históricos que transformam a sociedade e que mudam o sentido da categoria de identificação, pois, em cada momento da história, a categoria Portugal tem sentidos diferentes para seus sujeitos e, objetivamente, enfrenta desafios e dilemas distintos como nação. Neste plano de análise não há, portanto, uma permanência a amarrar a relação entre significante e significado. Nestes termos, a proposição que associa Portugal à fragilidade deveria ser revista: descartada permanentemente como opinião ou ideologia ou precisada claramente como se referindo a um nexo histórico determinado.

Mas parece haver uma continuidade a ligar os variados nexos históricos descontínuos que, não sendo produto de uma perspectiva presentista ou da subjetividade do observador (que no caso é externo), pode ser demonstrada objetivamente. Em outras palavras, argumento que há uma permanência a perpassar as mudanças de significado ou as propriedades cambiantes da categoria de identificação. É tal permanência que faz com que a categoria Portugal seja extremamente apropriada para expressar e comunicar sentimentos de identidade porque atua de modo a unificar o caleidoscópio de predicados ou propriedades da categoria com o seu significante. O conjunto de predicados ou propriedades que formam os atributos definidores de um objeto (físico ou mental) não constituem sozinhos o seu núcleo de sentido. Faltariam alguns componentes na estrutura de significação que possibilitam o sujeito ter experiências diferentes com um objeto e percebê-las como se fossem dirigidas a um *mesmo* objeto, que, apesar de mesmo, se revela através de propriedades diferentes a cada experiência. Um destes componentes está associado ao modo pelo qual o objeto da experiência se apresenta ao sujeito (por exemplo, como uma percepção do presente ou como uma memória ou até mesmo como um sonho). Mas deve haver ainda um segundo tipo de componente da significação que, operando além da referencialidade plena, unifica os predicados de um objeto ou categoria. Pode assumir a

forma de um índice puro, um X determinante, vazio de qualquer referência, cuja principal função é prescrever a identidade dos objetos ou categorias cujos atributos ou propriedades e cujo modo de se dar aos sujeitos estão em permanente mudança no fluxo do tempo<sup>2</sup>.

Porém, o que estou entendendo como permanência a unificar os significados (os predicados, propriedades ou atributos) dos variados nexos históricos do significante Portugal não tem exatamente a mesma natureza de um puro X em abstração de todos predicados; não é um índice vazio. A continuidade que perpassa as transformações históricas da categoria Portugal será discutida neste texto como uma qualidade associada a uma auto-imagem, um olhar, uma atitude, uma qualidade difusa cujo campo semântico gira em torno das idéias de humildade, modéstia, pequenez, tristeza, pessimismo, honra e fragilidade. Diferentemente de um índice vazio de referência, essa qualidade a tudo entremeia e a tudo colore, mas o faz como conotação impregnada no olhar e não como um signo que indica, mas cuja referência é fortemente dependente do contexto. Como conotação, a qualidade associada à pequenez e fragilidade é um componente da significação que também se diferencia do sentido referencial ou da denotação, constituído por predicados ou propriedades do objeto. Compartilha, entretanto, com os índices o grande poder de fazer coisas e a rebeldia em ser aprisionada pela lógica da pura referencialidade. Sua especificidade e sua força estaria no modo próprio de operar das conotações: evoca mais do que significa ou aponta.

Tomando o colonialismo como um processo histórico totalizante, instituidor de uma hegemonia orientadora da percepção e da experiência social que vai além do puro e violento exercício de subjugação política e exploração econômica, (cf. Fabian 1986, 1998; Comaroff and Comaroff 1991), quero delinear a permanência de alguns fragmentos constituidores do olhar fragilizado dos portugueses para si e para suas possessões em África. Vou me concentrar substancialmente nos casos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, que representam o berçário original de todo o complexo e enigmático processo de crioulanização de base lusitana que se desenrolou no enorme triângulo imaginário que liga Lisboa, o Rio de Janeiro e a África. Não pretendo com isto alcançar nenhuma conclusão definitiva sobre o colonialismo português, o que implicaria numa comparação sistemática com outros estilos de dominação colonial, mas tão somente esboçar alguns elementos da visada de colonizadores e colonizados portugueses sobre a situação colonial<sup>3</sup>. No restante deste trabalho apresentarei vários exemplos deste modo de ver a si e ao mundo. Mostrarei que os sujeitos deste olhar estão localizados nos mais variados espectros da sociedade colonial, incluindo os ideólogos do colonialismo ligados à burguesia nacionalista que se reuniam na Sociedade de Geografia de Lisboa (Guimarães 1984:225-228), os governadores e outras autoridades das províncias ultramarinas e até mesmo uma porção da elite de pequenos funcionários e comerciantes — a maioria deles nascidos nas possessões africanas — de proveniências e alinhamentos políticos diversos. Variados também são os objetos

---

<sup>2</sup> - Um exemplo deste X puro, vazio e plenamente indécio que prescreve identidades são os pronomes pessoais como “eu”. A fonte de inspiração aqui é claramente fenomenológica. Ver Husserl (1962:337-340) sobre este índice puro.

<sup>3</sup> - A idéia de que os impérios coloniais em África se diferenciam uns dos outros segundo as mesmas linhas que orientam diferenças culturais entre as metrópoles européias deveria nos conduzir aos encontros originais entre africanos e europeus nos séculos XV e XVI. Algo equivalente, os diversos estilos de se tomar posse dos novos territórios na América, foi tratado com bastante produtividade por Seed (1995). Ver também a análise de Cahen (1995) que avalia criticamente algumas asserções correntes sobre o colonialismo português neste século. De uma perspectiva antropológica, um esforço recente de comparação entre os casos português e inglês na África austral foi realizado, a meu ver, com grande êxito por Fry (1998, 1998a) em trabalhos que ainda não foram publicados em forma impressa.

para onde se dirige o olhar. Entre outros, realço a fragilidade dos governos coloniais frente às populações indígenas e às outras potências coloniais, a natureza rebelde e indisciplinada da tropa que ia para as possessões africanas, a pobreza dos comerciantes portugueses e sua dependência comercial com relação aos estrangeiros, a debilidade da alma perante os erros das religiões locais e a baixa qualidade do clero enviado para as colônias, a precariedade da instrução e a indigência material e intelectual dos professores. Além de sujeitos e objetos, a análise do olhar fragilizado conduz também ao exame das formas culturais nas quais ele se hospeda. Entre outras, ressalto as formas de etiqueta que prescrevem humildade e pequenez e as estórias exemplares em que a arrogância, os ultrajes e a força bruta dos estrangeiros são combatidos com a sutileza, a perspicácia e a *finesse* do fraco.

### **O *Ultimatum* inglês de 1890**

Parece ser um consenso difusamente compartilhado na historiografia portuguesa que a percepção da decadência de Portugal se transforma num sentimento nacional amplamente difundido a partir do fim do império luso-brasileiro, atingindo o auge com o incidente do *Ultimatum* inglês de 1890. Como o argumento implícito deste texto é o de que o olhar da fragilidade não é uma qualidade exclusiva deste período histórico, vou buscar exemplos que antecedem a independência brasileira e que chegam até o período republicano. No entanto, começo me dirigindo ao centro do redemoinho dos sentimentos de ultraje, revolta, indignação e pequenez.

O olhar fragilizado com seu entranhado pessimismo ganhou expressão, entre a intelectualidade lusitana de meados do século XIX, através da metáfora da decadência. Especialmente entre os historiadores e homens de letras, a vida social portuguesa era percebida, sentida e vivida, em sua totalidade, como um inexorável processo de crescente decaimento e morbidez. Com raízes diretas na obra de Alexandre Herculano, a metáfora da decadência assumiu sua feição plena entre os membros da Geração dos 70, em especial no influente grupo literário que sintomaticamente se autodenominava *Vencidos da Vida*, no qual se incluíam Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro, aos quais se juntavam Antero de Quental e Oliveira Martins. Esta metáfora emerge com sentido de olhar fundador na conferência de Antero de Quental, proferida em 1871, chamada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (1982). Nela Quental afirma que desde o início do século XVIII, “quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, aparece franca e patente... a nossa improcrastinável decadência”. A exuberância e as glórias antigas do velho Portugal “dão lugar à insignificância e impotência” (1982:263). Minguados em importância e extensão territorial, os reinos ibéricos não eram mais do que dois espectros “sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem invenção, sem costume” (:268)<sup>4</sup>. Erguidos estavam Portugal e Espanha em meados do século XIX do túmulo em que os históricos erros os haviam sepultado, mas, continua o pessimista Antero de Quental, “os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez dos nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgubres e mortais chegamos ressuscitados” (:268). As causas da decadência, ele as vê, segundo o molde já estabelecido por Alexandre Herculano, no absolutismo régio, no catolicismo da Contra-Reforma e nas

---

<sup>4</sup> - Que este era um sentimento e uma compreensão compartilhada pelos homens de letras em Portugal pode ser visto nas seguintes passagens em que Oliveira Martins descreve a vida no país na época da restauração. Dizia ele: “o Portugal restaurado, sem gente, sem dinheiro, sem colônias, sem vida, sem caráter era o cadáver sobre o que o jesuíta imperava” (1977:425). Afirmava também: “é esse povo português, macilento e inerte, com a cabeça oca, os lábios sempre ocupados a rezar ladainhas e rosários...” (1977:390). Ou ainda “o Portugal restaurado em 1640 era como deveria ser...: uma sombra apenas, fantasma sem fisionomia nem caráter, passivo, obediente, nulo, idiota e beato” (1977:392).

conquistas ultramarinas. Porém, para o que me interessa argumentar neste trabalho, é mais importante compreender a extensão ou o alcance da decadência portuguesa. Para Antero de Quental, ela é difusa e a tudo penetra: na política, na inteligência, na economia, nos costumes, no trabalho e no próprio sentimento do mundo. No seu pensamento observa-se claramente um movimento que leva ao isomorfismo entre a alma da nação e a alma dos portugueses, que se vêem pequenos, humildes, modestos, infelizes, sem vida, quiméricos, porém tristemente compensados pela honra e honestidade<sup>5</sup>.

A fragilidade de Portugal como um império colonial não encontra evento histórico que a melhor represente do que o *Ultimatum* de 1890. Assim é conhecido o episódio em que Londres impôs a Lisboa a retirada imediata de uma pequena força militar portuguesa do território africano de Mazona sob a ameaça de retaliação militar em África e da presença dos couraçados britânicos em Cabo Verde e nas águas moçambicanas. Humilhado e sem capacidade de resposta frente ao poder britânico, Portugal cedeu, impotente, à ameaça inglesa e viu naufragar o sonho antigo de ter um território contíguo em África, do Índico ao Atlântico, ao mesmo tempo em que possibilitou a concretização da pretensão britânica de dominar a África, do Cairo ao Cabo.

Comentando a reação portuguesa ao humilhante *Ultimatum* dado pela Inglaterra, Eça de Queiroz notava que os territórios de Mazona e do Niassa haviam sido explorados e ocupados pelos portugueses por duas centenas de anos. Portanto, se reinasse o direito internacional e se Portugal fosse minimamente forte, a cobiça britânica sobre estas regiões não encontraria qualquer amparo. Mas, concluía ele:

A ciência do direito internacional acabou como a astrologia e a escolástica; nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; — e o obstáculo foi transposto pelo leão britânico, com aquela simplicidade sobranceira com que ele... salta por cima dos muros alheios, desde que não haja do outro lado o cano de uma espingarda (Queiroz 1965:235-236).

O reconhecimento, por Eça, da força simples e natural dos britânicos reverbera numa sintonia perfeita o sentimento de Oliveira Martins, que compara as duas nações através de seus símbolos: o leopardo (ou leão) com sua astúcia felina representa a brutalidade e covardia inglesa em oposição à coragem e nobreza do dragão de Avis (1953:51-52). Tudo que o olhar fragilizado tem para confrontar a realidade violenta e irrenunciável da natureza é a coragem nobre mas mítica e imaginária do dragão, num mundo onde santos e dragões já não tinham muita ingerência.

O ultimato inglês produziu desdobramentos de grande magnitude. Manifestações populares, artigos inflamados na imprensa, revoltas populares, insubordinações militares e subscrições públicas para recolher meios para a Armada portuguesa ocorreram em toda parte de Portugal, além do crescimento dos republicanos associado a um crescente sentimento antimonarquista e de uma enorme instabilidade política com sucessivas quedas de gabinetes. Nas províncias ultramarinas também ocorreram inflamados discursos contra os ingleses e subscrições nacionais para rearmar a marinha de guerra entre os colonos metropolitanos, mas com intensidade e desdobramentos de menor alcance. As elites luso-africanas nas colônias parecem ter reagido de modo ambivalente: enquanto alguns se misturavam aos colonos metropolitanos no mesmo laivo extremado de patriotismo

---

<sup>5</sup> - Oliveira Martins é ainda mais explícito sobre este isomorfismo. Afirma ele: “as nações, como os homens, avigoram-se pelo sacrifício e pela penitência. A glória e a honra ganham-se à custa de sofrimentos e dores cruéis” (1953:54).

irrealista, outros, mais realistas, críticos da presença portuguesa e, de certo modo, ameaçados em sua “nacionalidade” pelo crescente domínio português, manifestaram seu apoio à Inglaterra<sup>6</sup>. Visto sob o prisma de 12 anos de distância, um cronista anônimo de um jornal cabo-verdiano destaca com humor cortante que, antes do ultimato de 1890, a mania de ser inglês em Cabo Verde alcançava a dimensão de uma “gravíssima macacôa” que ia além da energia rude, da educação física e da disciplina considerada típica dos ingleses, cruzando o limiar da “imitação charra e servil” e atingindo o nível de um “macaquear repugnante e réles”. O ultimato se apresentou como uma trovoada e um raio que “riscou, na escuríssima noite, na asthmatica noite, da vida portuguesa, uma nota de energia viril”, um estrondo que acordou os antigos heróis de seu profundo sono e os envolveu na tarefa gloriosa de ressuscitar o patriotismo e estripar os estrangeiros da casa. Mas tão logo as brumas se dissiparam e a tempestade se desfez, “tudo resvalou outra vez para a catalepsia” e o inglês voltou a ser o que sempre fora: o ídolo (cf. anônimo 1902:1-2).

Deste evento crítico, motor de múltiplas causalidades, quero retirar somente algumas poucas lições de valia para o restante deste texto. Em primeiro lugar, a crise do ultimato vai revelar que a continuidade do colonialismo português em África só era possível se estivesse carnalmente ligado a um projeto ideológico mais vasto: uma versão radical de nacionalismo que retomava a forma imperial, perdida com a independência do Brasil. Curioso aqui é notar que o crescente sentimento antimonarquista que emerge com a humilhação britânica é coetâneo com o processo de sacralização do império e com o ressurgimento do mito da herança sagrada de Portugal como um povo cuja auto-imagem o apresenta como pequeno, que necessita se afirmar como império para fazer frente a sua extrema e secular vulnerabilidade (tradicionalmente, frente à colossal Espanha e, naquele final de século, perante seu mais antigo aliado, a Inglaterra) e condenado à missão histórica de colonizar e civilizar (cf. Alexandre 2000:147, 162, 220 e 222).

Em segundo lugar, a descontinuidade histórica exposta pelas transformações da sociedade portuguesa e da política colonial que desembocaram neste dramático episódio é paralela à continuidade, no plano semântico, dos elementos que conformam a auto-imagem de debilidade, fraqueza e humildade. Bons exemplos disto se encontram na obra de Oliveira Martins e no discurso proferido por Hintze Ribeiro (ministro dos negócios estrangeiros de um dos governos que se sucederam em 1890, durante a crise com a Inglaterra) na Câmara dos Pares do Reino em junho de 1891, relatando sua atuação no processo de negociação com os ingleses após o ultimato. Quero ressaltar aqui — mais do que os sentidos gerais dos textos e a sintaxe mental que encadeia os argumentos — os qualificativos usados e as conotações difusas que, no meu entender, são expressões profundamente internalizadas deste modo de estar e olhar o mundo.

Comentando a reação do governo ao ultimato inglês, Oliveira Martins esperava “que a energia *firme e modesta* do nosso Governo há-de ser coroada de êxito nesta difícil prova por que estamos passando” (1953:44, aqui e no que se segue as ênfases são minhas). Sobre as reações populares que se seguiram à imediata e resignada aceitação pelo governo português das condições impostas pela Inglaterra, ele teve uma atitude de aceitação conformada, afirmando que “não é de estranhar. Compreende-se a irritação... com a afronta recebida, borbulhando nos olhos lágrimas raivosas pela impotência. *As nações pequenas* estão condenadas a provas crudelíssimas” (:48). Refletindo sobre o isolamento e sobre o sentimento de estar só no mundo sentido em Portugal por não se ter conseguido apoio ou mesmo uma mediação por parte das outras potências europeias frente à brutalidade dos

---

<sup>6</sup> - Este foi o caso do jornalista angolano José de Fontes Pereira. Ver Freudenthal (2001:158).

ingleses, o historiador arrematava: “as grandes nações do centro europeu têm de obedecer ... às exigências do equilíbrio, e para esse não conta por coisa alguma este *nosso pequenino povo*, acantonado no extremo da Europa” (:59). É digna de nota ainda uma de suas conclusões sobre o episódio porque expõe muito nitidamente a auto-imagem da fragilidade. Segundo ele, depois de toda a crueldade inerente do ultimato, a Inglaterra hesitaria certamente em cometer novas humilhações “se encontrasse perante si, unidos, num mesmo pensamento de resistência, o Governo e o povo de um *país, fraco, pobre, infeliz*, tudo o que quiserem, *mas honesto e heróico*” (:70-71).

Perguntando-se o que fazer perante o ultimato, Hintze Ribeiro defendia o tratado que negociara e que não fora homologado pela Câmara. Em seu discurso emerge mais de uma vez a imagem da pequenez portuguesa:

Eu pergunto á camara se era com ataques directos, violentos... que a cada passo me dirigiam, que se podia, n'aquella occasião, dar força ao ministro dos negocios estrangeiros para elle, que representava *uma nação pequena*, poder defrontar-se e lutar com uma nação tão forte, tão cheia de recursos e de meios de acção como era a Inglaterra (Hintze Ribeiro 1891:13)?

Referindo-se aos vários passos da negociação, ele se ressentia de ter sido atacado por negociar algo que, para os seus pares do reino, humilhava a nação. Chamo a atenção para a forma concreta assumida por tal humilhação (que se seguiu à humilhação maior que foi o ultimato), que era do mesmo tipo de outras humilhações do passado, se dando pela via de um código cortês de etiqueta (ver mais adiante sobre o governador guineense Honório Pereira Barreto). Diz ele:

Do sr. Borjona (o delegado português nas negociações em Londres), disseram que elle abatêra a dignidade do paiz que representava, até o ponto de, durante quatro horas, aguardar nas antecamaras do *Foreign Office* que lord Salisbury lhe dispensasse uma audiência (:16).

Mais adiante, em sua peça parlamentar, encontram-se mais elementos que compõem a semântica da fraqueza e da fragilidade. Discutindo uma das cláusulas do acordo, que previa a necessidade de se obter a anuência inglesa para qualquer acordo futuro de cessão territorial entre Portugal e outra potência europeia, a chamada cláusula do consentimento, Hintze Ribeiro notava que seus opositores a tomavam como ato de vassalagem ou de submissão por parte de Portugal (:19). Seu esforço em negar tal sentido é no mínimo curioso, por representar tanto a assimetria objetiva que marcava a relação entre os dois governos quanto a forma mais radical de internalização do olhar fragilizado — aquela em que a auto-imagem é alienada e substituída pela imagem formulada pelo outro. Para rebater a acusação de vassalagem, ele adotou completamente a perspectiva inglesa, recorrendo e assumindo como a verdade dos fatos um comunicado do representante britânico nas negociações. Neste officio, o inglês afirmava que cláusulas semelhantes já existiam em acordos anteriores e que a única novidade era que nestes o termo *agreement* fora substituído por *consent*. Sua conclusão, plenamente assumida pelo ministro português, é que esta era uma distinção lexicológica muito sutil e sem importância. E ao final de sua peça retórica, depois de um enorme esforço por negar qualquer ato de vassalagem, Hintze Ribeiro rematava com o realismo e resignação dos fracos, dizendo que apresentava seus argumentos “unicamente para provar que quando uma *nação pequena, como Portugal*, se defronta com uma nação poderosa, como a Inglaterra, só tem, mau grado seu, um caminho a seguir: transigir quanto baste para não perder tudo” (:31).



A conclusão de Hintze Ribeiro sobre a dramática negociação entre Inglaterra e Portugal após o ultimato não poderia ser mais pessimista. Alegava ele que toda a questão resultou de uma ilusão perigosa, a de se julgarem senhores de África e de dar “por assentado e certo o que aliás não passava de uma pura aspiração nossa” (:46), uma nobre aspiração alimentada pelo passado de um intrépido povo que abriu ao mundo os caminhos para África, o Brasil e a Índia. Entretanto, tratava-se de um sonho ou uma ilusão perigosa porque nunca fora efetivamente levado a termo, por causa de um sistema colonial fundado em privilégios exclusivistas e por faltar forças (materiais, sociais e culturais) para tão colossal empreendimento. E ao despertar desta ilusão enraizada nas tradições gloriosas do passado, Hintze Ribeiro expunha o nome do trovão violento que retirou os portugueses do sonho: o ultimato inglês. A ilusão perigosa a que Hintze Ribeiro se refere não é diferente da louca quimera que, para Oliveira Martins, levou os portugueses (ou, pelo menos, seus governantes) a “imaginar o romance da África cor-de-rosa de lés-a-lés do continente” (1953:4). E de modo semelhante a Eça de Queiroz, que acreditava que as colônias eram boas para se contemplar (nos mapas), Oliveira Martins notava que “nada era capaz de saciar a nossa estúpida cobiça de regalarmos a vista com as pinturas dos mapas” (:4-5). Em tudo isto reverbera um olhar para a nação como irremediavelmente decadente, tal como cristalizado na conferência de Antero de Quental uma vintena de anos antes do ultimato: a quimera, a ilusão perigosa, a cobiça contemplativa dos mapas não tinham outra raiz que a permanência entre os portugueses de um certo espírito guerreiro. No dizer dele:

Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, que em outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos impérios! Esse espírito guerreiro com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual... Mas um fantástico idealismo perturba a alma do guerreiro: não distingue entre o interesse honroso e interesse vil: só as grandes acções de esforço heróico são belas a seus olhos: para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis... Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína suas propriedades, para maior glória de seu absurdo idealismo (1982:290)<sup>7</sup>.

A última lição me faz retornar a Eça de Queiroz. Percebendo que a violenta reação de indignação à ameaça inglesa de abocanhar os vastos territórios que os portugueses tinham naturalmente como uma possessão nacional era em si muito mais importante que a provável perda dos territórios africanos em questão, por representar uma afirmação de propósito, de capacidade de agência coletiva num país amordaçado e inerte, Eça argumentava:

É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma idéia, um propósito — do que possuir a terra de Masona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. Se como nação, estamos fíndos, sem força, sem alma, sem vontade, os Macololos, o Masona, o Niassa... serão para nós tão inúteis, como inúteis eram ao pobre rei de Senaquerib... as virgens esplêndidas que os seus intendentess lhe iam buscar à África... (1965:240).

---

<sup>7</sup> - O sentimento de que o espírito guerreiro que prevaleceu nos anos da expansão ultramarina orienta a ética do trabalho (ou falta dela) nos povos lusitanos é parte do olhar que fragiliza mas não é exclusivo de Antero de Quental. É verdadeiramente um sentimento coletivo duradouro que vai além do tempo da geração dos 70. Se faz presente, por exemplo, na descrição de Feijó do século XVIII e de vários autores mencionados mais adiante. E transborda para o meio intelectual brasileiro dos anos 30 do século XX, como pode ser visto na centralidade dada por Buarque de Holanda (1984), em sua explicação do Brasil, ao espírito aventureiro que predisponha os homens tanto às grandes façanhas quanto à indolência.

Fraqueza militar e a falta de uma economia nacional vigorosa são atributos da realidade social cujo sentido pleno somente se revela pela comparação com outras unidades de mesmo tipo numa série temporal equiparável. Nestes termos, o Portugal da segunda metade do século XIX era certamente mais fraco e pobre do que a Inglaterra e França. Mas tendo sua soberania nas possessões africanas tacitamente reconhecida pelos poderosos ingleses, seus aliados seculares na Europa, e sendo o único dos reinos europeus a contar em seus portos de troca na costa africana com uma sociedade de luso-africanos que se pensava portuguesa desde, pelo menos, o início do século XIX, o relativamente débil estado português criou as condições objetivas para manter seus territórios ultramarinos, mesmo depois da desenfreada corrida dos estados europeus em busca de um naco de território em África<sup>8</sup>. A fragilidade material e militar portuguesa em África sempre foi relativa e a grandeza dos efetivos militares metropolitanos empregados nas campanhas fiscais no início do século na Guiné é um bom exemplo disto. Segundo Pélissier (1989,II:98), o exército mobilizado pelo governador Muzanty para fazer suas guerras fiscais contra várias sociedades tradicionais da Guiné era tão poderoso que somente em ocasiões muito excepcionais foi superado pelos franceses e ingleses na África Ocidental.

Pela polêmica que tem causado, coloco numa espécie de suspensão metodológica a questão da debilidade objetiva do império colonial português tal como inferida da expressão “imperialismo não econômico”<sup>9</sup>. Por isto, o uso que faço dos termos debilidade e fraqueza não pretende carregar consigo a implicação de uma ausência objetiva de recursos por parte do estado português para administrar o país e suas possessões ultramarinas. São antes de tudo qualidades que se ligam a uma auto-imagem construída no seio da própria sociedade portuguesa, na metrópole e em África. Trata-se, portanto, de campo de fenômenos cujo domínio é o da percepção e cuja natureza é a das representações e valores. Meu argumento, seguindo a perspectiva de Hammond, é que a percepção de uma carência difusa e a auto-representação marcada pela fragilidade contribuíram para a superação das limitações objetivas que o estado português enfrentou em ocasiões diferentes durante a implantação do regime colonial em África, justificando e legitimando a mobilização de vastos recursos para que, em nome do brio e do sentimento de indignação, os pobres, fracos mas honrados, altivos e corajosos portugueses mantivessem suas colônias africanas. Insisto, porém, que a atitude pessimista que colore a auto-imagem portuguesa como uma nação sem vontade, energia ou propósito e como um povo humilde mas digno não era monopólio dos homens de ação do exército colonial nem resultou de humilhações impingidas pelas grandes potências européias. Muito antes do *Ultimatum*, algo de uma visada de indignância já era comum nas possessões africanas, onde a percepção que portugueses e luso-africanos tinham de sua experiência social era filtrada pelas lentes do pessimismo e da debilidade. É a permanência deste entranhado pessimismo que encontra expressão através de um mesmo conjunto de categorias no decorrer de um longo período de tempo e entre uma variada gama de sujeitos sociais que quero examinar no restante deste texto.

---

<sup>8</sup> - O difuso sentimento de identificação com Portugal enquanto uma categoria política, cultural, lingüística e religiosa é certamente anterior ao século XIX e se fazia presente desde o século XVII por áreas da África Ocidental bem mais amplas do que a dos territórios atuais da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ver Mark (2002) e Trajano Filho (1998).

<sup>9</sup> - O tipo de polêmica envolvido pode ser observado com o impacto causado pela publicação da obra de Clarence-Smith (1985), que representa uma perspectiva diametralmente oposta à de Hammond. Entre os dois extremos há espaço ainda para muita dissensão. Alexandre (2000) faz um balanço desta disputa sobre o colonialismo português.

## O olhar fragilizado em Guiné e Cabo Verde

O brasileiro João da Silva Feijó, formado como matemático e naturalista pela Universidade de Coimbra, foi enviado a Cabo Verde em 1783 para coletar espécimes de plantas, animais e minerais do arquipélago que iriam fazer parte do acervo de um museu de história natural que deveria ser criado em Lisboa. Permaneceu nas ilhas até 1787 e deste período deixou algumas descrições da natureza física e humana do arquipélago. Em seu *Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde*, originalmente publicado no Brasil em 1813, abundam as imagens de uma possessão decadente. A leitura do texto evoca um estado de pobreza, abatimento e lassidão que a tudo perpassa. São decadentes a gente, as povoações, as fortificações e a guarnição militar, o governo, a moral, a agricultura e o comércio. Os moradores são divididos em três classes (brancos, naturais e negros), sendo que a maioria deles são vadios despossuídos de quaisquer bens (incluídos aí os brancos) (Feijó 1986:3). Dispersos pelo interior das ilhas, em razão das contínuas invasões de piratas, eles viviam “sem educação alguma, sem sujeição e quase sem religião” (:7); a língua portuguesa era desprezada, tanto mais pelos portugueses das ilhas, que se entregavam ao uso do “ridículo crioulo do país”; viviam os brancos num estado de indolência, ignorância, preguiça e libertinagem inata e os administradores, que também eram comerciantes e egoístas, aproveitavam-se da necessidade e miséria dos desgraçados restantes (:25). Descrevendo a prática da administração das propriedades rurais, Feijó acaba por dar um entendimento ao trabalho muito próximo do que Antero de Quental chamou de espírito guerreiro (ver acima):

Cercados de vícios, assim como de negros, ou escravos ou livres...e enfatuados com o título de Morgados, para se verem mais tranqüilos, cedem desde logo nas mãos de alguns daqueles seus mais privados domésticos a administração de suas fazendas e haveres (:12).

A diferença é que em lugar dos grandes vôos e das façanhas audaciosas dos heróis das navegações, o envilecimento do trabalho manual pelos morgados cabo-verdianos não produzia outra coisa que a mais pura indolência e apatia.

Em 1843, o mestiço guineense Honório Pereira Barreto, que foi mais de uma vez governador da Guiné, publicou em Lisboa o opúsculo intitulado *Memoria sobre o estado actual de Senegambia Portuguesa, causas de sua decadencia, e meios de a fazer prosperar* (Pereira Barreto 1947). A idéia de debilidade e fraqueza já se fazia sentir no próprio título da peça. O livreto do governador guineense é um belo exemplo da manifestação deste olhar fragilizado, na medida em que pressagiava algumas das formas mais caras de manifestação da debilidade. Nele, Pereira Barreto apontava para a insegurança da vida nas povoações crioulas da Guiné, ameaçadas constantemente pela população indígena. Um governo fraco que sempre transigia com as exigências dos nativos, povoações crioulas majoritariamente habitadas por *grumetes* (africanos cristianizados) que “seguem os costumes dos Gentios, de quem descendem, e com os quae algumas vezes se têm unido para bater tropa” (1947:7), estabelecimentos onde não havia qualquer produção agrícola, dependentes, portanto, da compra de alimentos aos nativos para o seu sustento (:6) — estas eram apenas algumas pinceladas do quadro que o governador guineense pintava da colônia. E continuava ele: há governantes mas não há governo, os funcionários só tratam de seus negócios, ignorando completamente suas atribuições (:9, 47-48); os padres pouco ligam para a moral, vivendo amasiados com suas barregãs sem qualquer pejo, sendo os mais libertinos e desmoralizados (:11-12, 42); a tropa é indisciplinada, esfarrapada e turbulenta (:12); as rendas são arrematadas por negociantes em claro prejuízo para a fazenda (:12-13); os estrangeiros

tratam as autoridades com desdém e insultam a bandeira portuguesa (:13-14, 18). O misto de governador, negociante e negreiro reclamava ainda da impunidade que incentivava a continuação do deplorável estado das povoações (:40), da má qualidade da gente que vinha da Europa, que, segundo ele, era composta por criminosos e "homens da mais baixa classe do povo que apenas aqui chegados passam a ser Notaveis" (:41).

Um segundo tipo de fator também era trazido pelo governador guineense para explicar o precário estado dos estabelecimentos portugueses na Senegâmbia: o clima doentio pela estagnação das águas nos baixios alagados em que se produzia o arroz (:5). Contudo, numa atitude antideterminista, uma raridade na época, o próprio governador notava que a preguiça e indolência dos habitantes locais não se deviam somente aos efeitos do clima; que pela experiência própria de ter nascido em África e se educado em Portugal, ele sabia o quanto o clima influi no comportamento físico e moral dos homens, mas sabia também que tal influência não é uma condenação irrevogável. E a evidência direta disto estaria nas possessões estrangeiras vizinhas, cujo clima era basicamente do mesmo tipo do que imperava na Guiné, mas cujo povo era industrioso em virtude de um governo diferente (:42). Concorriam para o estado lastimável dos habitantes das povoações crioulas fatores próprios da vida social local tais como a falta de polícia na limpeza das ruas, as casa muito úmidas e pouco arejadas, o uso de comidas quentes e abuso das bebidas alcoólicas (:5).

Cerca de trinta anos antes do governador Pereira Barreto publicar em Lisboa sua descrição-denúncia da decadência em que se encontravam os estabelecimentos portugueses na Senegâmbia, o governador de Cabo Verde, António Pusich, escreveu em 1810 uma descrição do ambiente físico e social do arquipélago (Pusich 1956). A impressão geral que fica com o leitor também é a de extrema decadência. Na realidade, esta palavra aparece mais de uma vez nos subtítulos do texto para caracterizar o comércio das ilhas e o sistema de propriedade fundiária. Mas decadente também eram o governo, a educação, a religião (ou falta dela, no entender de Pusich), a linguagem e os usos e costumes. À exceção dos habitantes das vilas portuárias, o governador entendia que:

O resto do povo vive na maior brutalidade possível, entregue a roubos, a crápula e à libertinagem a mais desenfreada e pública, consequência infalível da ociosidade e barbarismo... por isto, em lugar de pejo, e vergonha, ambos os sexos fazem uma gala e pompa disto: assim a crápula e a prostituição é de uso geral entre estes povos (1956:616-617).

Pusich atribuía a ociosidade e o barbarismo, produtores de preguiça e indolência, às condições climáticas. Dizia ele que “os seus habitantes são indolentes, e preguiçosos, mas o são em todos os climas quentes, aonde a natureza tem poucas precisões” (1956:628). De modo análogo ao governador guineense, admitia, contudo, que isto não era uma sina irrevogável, pois:

Esta natural indolência pode ser superada com a instrução e civilização, e com as comodidades, que experimentaria, do fruto de seu trabalho, e quando não vivessem oprimidos, com um regimen puramente mercantil e quase despótico; pois entre eles corre geralmente este axioma: que é melhor estar ocioso e não ter nada, do que trabalhar, para tão-pouco não ter nada e engordar os outros (:628).

Os temas da debilidade, decadência e indolência também percorrem os dois volumes da *Corografia Cabo-Vediana* de Chelmiki (1841) e Chelmicki e Varnhagen (1841), onde o quadro por eles pintado pode ser apreendido nesta conclusão parcial:

Eis aqui o que nos resta depois de quatrocentos annos de posse; — miseraveis presidios, — nenhuma industria, falta de commercio e de cultura. E não podia deixar de chegar a este deploravel estado de ruina. Tudo, tanto nas sciencias e artes, como nas administrações, não tendo melhoras... ficando estacionario, em breve é retrogado. Portugal, com os olhos fitos no novo Hemispherio com a riqueza das minas, não se importou com as possessões Africanas (Chelmicki 1841:145).

Não se trata, como já se deduz dessa passagem, de uma qualidade inerente às colônias, mas de um atributo e uma conotação que reside no coração mesmo da nação portuguesa. Para substanciar este estado de decadência Chelmicki abre o primeiro volume da *Corografia* afirmando sem pejo que Portugal, “pela sua pequenez continental Europea mal pode competir com potencias de segunda ordem” (1841:ii) e que o atraso das ciências naturais em Portugal em muito influiu para o desconhecimento e abandono geral das colônias africanas (1841:iii). E sem conhecimento, não é possível administrar sem gerar anomalias (1841:215).

O tema da indolência é por eles retomado seguidamente. Comparando o estado primitivo das possessões portuguesas em África com o progresso das possessões francesas e inglesas, Chelmicki nota que os “vadios” livres (no crioulo local *badiu*), nome pelo qual os habitantes de Santiago se autodenominavam, não trabalhavam, recaindo todo o serviço da lavoura sobre os ombros dos escravos. E como eles, os morgados europeus estavam habituados a “uma vida molle e ociosa, livre e apathica no centro de suas herdades, aonde tudo deviam possuir com abundância” (1841:153). À inercia, inação e falta total de administração somavam-se os abusos do governo (:18-19, 183), a crassa ignorância dos naturais do arquipélago assim como dos portugueses que lá moravam (:195).

Lopes de Lima, um conselheiro real, ex-deputado nas Cortes portuguesas e ex-governador de várias possessões ultramarinas, compilou em 1844 um vasto conjunto de informações colhidas direta e indiretamente sobre as possessões portuguesas. Governador de Cabo Verde e conhecedor *in loco* da Guiné, Lopes de Lima dividia a população das povoações fortificadas na costa guineense em três classes gerais. A primeira, constituída pelos negociantes brancos, pretos ou mulatos, vivia um modo de vida europeu, mas acomodava-se aos interesses e exigências das populações nativas — povos “fortes pela nossa fraqueza” — que circundavam as *praças* crioulas. A segunda era composta pelos soldados mal nutridos, doentes, indisciplinados que ali estavam mais para envergonhar do que para defender o estandarte português. Finalmente, a terceira classe era constituída pelos *grumetes*, os africanos cristianizados que viviam junto às fortalezas. Eram nominalmente sujeitos às autoridades portuguesas locais, mas se revoltavam amiúde pela pouca força que nelas sentiam e porque contavam com “apoio e agazalho dos seus parentes do Matto, o que os faz soberbos e alfarios” (Lopes de Lima 1844, Parte I:125-126).

A fraqueza dos portugueses com relação às populações indígenas é um tema seguidamente levantado nas várias descrições do país e relatórios de governo. Chelmicki relatava em 1841 que os Papéis da ilha de Bissau entravam impunemente na casa do governador, que também era comerciante, tiravam-lhe o chapéu da cabeça e tomavam qualquer coisa que lhes aproovessem (1841:123). Em 1882, Pedro Inácio Gouveia, o segundo governador da Guiné, alertava Lisboa para a fragilidade dos poucos pontos fortificados da província (Gouveia 1952:409) e para tal ordem de abandono que, algumas décadas antes, os governadores de Bissau se viam forçados a recorrer às autoridades francesas da Gorée e inglesas da Gâmbia, pedindo o auxílio da marinha de guerra todas as vezes que Bissau era ameaçada pelos reinos papéis que a circundavam (1952:411). Três anos mais tarde, o médico do quadro do ultramar e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, Aleixo J. Socrates da Costa, reportava no Boletim daquela Sociedade que, apesar

de sua riqueza natural, a Guiné vivia num letárgico estado de abandono. A vila de Geba, então o primeiro centro comercial da Senegâmbia, não tinha fortificação alguma e os Mandingas e Fulas da região faziam ali as mais humilhantes pilhagens (Costa 1885:98)<sup>10</sup>. A auto-imagem de debilidade teve continuidade com a entrada do novo século e impregnava a percepção da elite crioula da Guiné. Com enorme freqüência os luso-africanos educados das povoações crioulas se colocavam contra a pessoa dos governantes, não com o propósito de mudar o regime, mas numa resignada oposição a um estado de coisas que, embora percebido como inevitável em sua totalidade, seria contornável em seus detalhes. À guisa de exemplo, nos estertores da monarquia, em 1908, o rico comerciante de origem cabo-verdiana, José Monteiro Macedo, denunciava a debilidade da autoridade colonial na Guiné frente a uma população indígena altiva, que não se dobrava perante as ações do governador<sup>11</sup>. Tratava-se, no seu entender, de uma fraqueza covarde, que retaliava a resistência nativa com arbitrariedades contra a população das vilas e cidades crioulas (Macedo 1908:3-5), e era justamente contra isto que se rebelava.

A atitude de fragilidade perante os povos locais sobreviveu até mesmo às campanhas de "pacificação" do capitão Teixeira Pinto e seu auxiliar africano Abdul Injai em 1913 a 1915, que submeteram de modo implacável as sociedades tradicionais da Guiné ao governo colonial. Dois anos depois de fazer o trabalho sujo, de se manchar com o sangue dos Papéis de Bissau e de ter tido êxito em impor sua autoridade por toda a Guiné, passados cerca de 400 anos de uma presença débil e quase ausente, dois anos depois de sufocar o protonacionalismo dos mestiços crioulos da *Liga Guineense* (ver mais adiante) que teriam se aliado aos Papéis, mas também dois anos depois de terem sido removidos o implacável e vitorioso capitão e o governador colonial que o apoiou em nome de um regime pacífico, cristão, civilizado e tolerante, ainda prevalecia em certos meios coloniais o olhar pessimista da fragilidade<sup>12</sup>. Em 1917, um capitão da marinha e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa relembrou numa descrição do país um passado não muito longínquo em que os africanos alardeavam a fraqueza portuguesa, dizendo que eles eram mulheres (Vasconcellos 1917:44-45)<sup>13</sup>.

Uma auto-imagem de extrema debilidade também se fazia mostrar no sentimento de inferioridade que os portugueses, metropolitanos ou luso-africanos da elite educada, experimentavam perante as outras nações colonizadoras. As inúmeras humilhações a que os comandantes da marinha inglesa baseada na Serra Leoa submeteram os luso-africanos e portugueses da Guiné na disputa pela ilha de Bolama são narradas à exaustão e de modo pormenorizado em vários textos de história colonial e são evidências da atitude quase masoquista de humildade que marca o olhar português para si mesmo e para sua presença em África. Um exemplo repetido à exaustão na literatura sobre o tema descreve as ações ultrajantes do tenente da marinha inglesa, Arthur Kellet, na ilha de Bolama em 1839.

---

<sup>10</sup>- Ver também a este respeito a preciosa descrição de Marques Galdes (1887:471-493) sobre os acontecimentos envolvendo o chefe Fula Mussa Molo e a vila crioula de Geba.

<sup>11</sup>- E note-se que se tratava do governador Muzanty, cujos métodos de ação militar eram contrários ao uso de forças irregulares africanas requerendo, portanto, o uso do exército regular.

<sup>12</sup>- Sobre as campanhas de Teixeira Pinto, ver o texto do próprio capitão (1936). Bowman (1986) focaliza a curiosa figura do chefe de guerra Abdul Injai, que combateu ao lado do capitão português. Cunnigham (1980) escreve um excelente texto sobre o período. Ver também Pélissier (1989, II:142-179) e Trajano Filho (1998: Cap. 3).

<sup>13</sup>- Pélissier (1989, II:37) narra a dificuldade que os guerreiros papéis tiveram em aceitar sua derrota numa escaramuça havida em 1894 contra as forças portuguesas de Bissau. Inicialmente, acreditavam ter sido vencidos por tropas francesas. E quando foram confrontados com os duros fatos de sua derrota, tiveram que criar a categoria especial de *portugueses do mato* para se referir a este tipo especial de portugueses que os derrotaram.

Embragado pelo vinho que ordenara mas não pagara, o tenente inglês ofendeu o orgulho pátrio, aprisionando a guarnição portuguesa e raptando os escravos domésticos de um notável comerciante cabo-verdiano. Insultou a honra nacional destruindo o mastro onde se hasteava a bandeira. De posse do símbolo pátrio, rasgou-a, não sem antes nela cuspir, e usou os farrapos que restaram para embrulhar as garrafas de vinho que apreendera. Informado deste insulto pela autoridade de Bissau, o governador geral em Cabo Verde enviou um patético ofício ao Ministério da Marinha e Ultramar em Lisboa, cuja conclusão revela uma incapacidade de decisão e uma inércia extrema:

Julgo que a este respeito se precisão providencias mui promptas, porem não sabendo eu, quaes hei-de tomar, porque por meio de força não me é possivel rebatter os inglezes, rogo a V. Exa haja de ter a bondade, de indicar como a este respeito se deve dirigir este Governo (in Walter 1947:65).

Ao narrar os detalhes do insulto britânico, o governador Joaquim Pereira Marinho expunha, num lamento, sua percepção da fraqueza sem tamanho da pobre nação lusitana:

A conducta que os inglezes tem connosco, não são elles capazes de ter com os Francezes, e Americanos dos Estados Unidos, porque temem já justas represalias (in Walter 1947:63)<sup>14</sup>.

Perante a arrogância dos ingleses e franceses, a reação mais usual dos portugueses da Guiné se dava no plano das ações rituais. O exemplo mais encantador que conheço envolve uma vez mais o governador negro Honório Pereira Barreto. Trata-se de uma anedota repetida à exaustão na literatura portuguesa sobre a Guiné produzida até meados do século XX<sup>15</sup>. Os detalhes variam bastante, mas o enredo básico afirma que certa feita um comandante da marinha de guerra inglesa pediu uma audiência ao governador Pereira Barreto, no que foi prontamente atendido. Aguardando a chegada do oficial em trajes de gala, o governador percebeu graças a seus binóculos que o inglês vinha vestido de chambre e calçando chinelas. Sabedor do sentido da ofensa pretendido com o uso daqueles trajes, o governador guineense rapidamente se despiu de seu garboso uniforme, arregaçou as calças, se pôs em mangas de camisa e calçou também umas chinelas. O comandante britânico veio a encontrá-lo assim, no patamar de uma escada. E sem saber com quem falava, indagou pelo governador. Quando descobriu que estava em sua presença e que a intenção de insultá-lo, desrespeitando as regras básicas da etiqueta entre oficiais graduados, não surtira efeito, retornou ao barco e se pôs em grande uniforme. Mais tarde, apropriadamente trajado, foi então recebido com as devidas honras pelo governador guineense. Um dos muitos autores que narram este episódio, o médico ligado à Sociedade de Geografia de Lisboa, Aleixo Justiniano da Costa, termina essa estória exemplar com uma conclusão própria da pedagogia dos fracos. Segundo ele, Honório Pereira Barreto “sabia infligir tão duro castigo ao orgulho britânico” (Costa 1885:103)<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> - Mais de 50 anos depois desta confissão de impotência, Oliveira Martins afirmava com o mesmo tom de indignação perante a conduta inglesa: “No meio da nossa amargura, resta-nos uma consolação: é que se fôssemos fortes, a Inglaterra beijar-nos-ia os pés” (1953:53).

<sup>15</sup> - Curiosamente não encontrei menção a este caso nos principais textos de autores estrangeiros que lidam com a região no período em questão. Trata-se de uma ausência sugestiva, pois indica que, para o olhar do estrangeiro, as supostas ações do governador da Guiné não têm a importância dada pelas fontes portuguesas para a construção de uma interpretação da época.

<sup>16</sup> - Versões ligeiramente diferentes desta anedota encontram-se em Valdez (1864:365-366); Costa (1885:101-102); Walter (1947:40-41). Na estória narrada por Senna Barcellos (1912:156-157) é o governador Pereira Barreto que vai ao barco inglês.

Ações rituais como a do governador guineense, que rebatiam a insolência arrogante dos poderosos britânicos, atuavam para intensificar os sentimentos de perspicácia, tenacidade e teimosia que contribuíam para que, através dos feitos de heróicos sujeitos, os pobres e fracos portugueses conseguissem reunir força e motivação para manter sua autoridade em condições tão adversas, num território tão cobiçado por grandes potências e com populações nativas tão rebeldes. Ações desta natureza atuavam como um eficiente mecanismo de manutenção da identidade social porque sua consumação transformava seus sujeitos em seres carregados de positividade. Através deste tipo de ação eles se diferenciavam de outros sujeitos, que eram, de alguma forma, diminuídos pela ausência destas qualidades. Este recurso se mostrou eficaz porque reproduzia modelos de ação caros tanto aos portugueses metropolitanos, quanto aos luso-africanos e às populações indígenas. A sutileza, a perspicácia, a *finesse*, mas também a adesão a padrões de conduta derivados da sociedade cortesã por parte do governador negro da Guiné que, no dizer de um ideólogo da época, era “mais português do que cem portugueses” (Costa: 1885:102), venceram a arrogância, a presunção e a força bruta do comandante inglês da mesma forma que a astuta lebre, a perdiz e o camaleão vencem e castigam a força bruta do elefante e do hipopótamo e a estupidez da hiena nos contos tradicionais da África Ocidental e do mesmo modo que a etiqueta e a conduta civilizada vencem a turba alcoolizada e brutal.

A atitude de inferioridade perante a França e Inglaterra não se consubstanciava somente na problemática do reconhecimento de soberania territorial e de força militar. Ela tinha também uma componente econômico muito forte. Em 1864, Francisco Travassos Valdez, um funcionário do Ministério da Marinha e Ultramar, denunciava que não havia um comércio propriamente português em Bissau e em Cacheu. As transações comerciais nestas duas povoações eram feitas basicamente por cabo-verdianos aos quais os negociantes franceses e ingleses do Senegal (Gorée) e Gâmbia fiavam mercadorias a serem pagas ao final do ano com gêneros da produção local (Valdez 1864:340). Em 1882, o governador Gouveia notava que o comércio colonial dependia predominantemente das casas comerciais francesas que abasteciam, financiavam e mantinham sob extrema dependência os pequenos comerciantes portugueses e luso-africanos (Gouveia 1952:414, 445, 448). Em 1905, este estado de coisas pouco havia mudado. Naquele ano, o economista Loureiro da Fonseca expunha aos leitores do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa que a Guiné era mais uma colônia estrangeira do que portuguesa (Fonseca 1905:398). A ignorância reinante em Portugal sobre as possessões ultramarinas, as comunicações precárias entre a metrópole e a Guiné e a falta de ousadia dos capitalistas de Lisboa tornavam retraídas a presença do capital nacional português nos empreendimentos no Ultramar, ao passo que franceses e alemães não hesitavam em arriscar elevadas somas em operações comerciais na Guiné<sup>17</sup>.

E não era só a concorrência comercial com agentes de outras potências coloniais que debilitava a presença portuguesa. A crescente onda de migração libanesa também contribuiu para consolidar uma auto-imagem de debilidade perante estes recém-chegados e intrépidos mercadores<sup>18</sup>. Logo após o estabelecimento da República em Portugal, representantes dos pequenos comerciantes crioulos reclamavam que o primeiro governador republicano da colônia deveria levantar o tão rebaixado prestígio da nacionalidade perante os estrangeiros (Campos 1911:8), que a Guiné era portuguesa só no nome e que os estrangeiros (franceses e alemães certamente, mas também os libaneses) jactavam-se de prevalecer sobre as autoridades portuguesas, tendo suas vontades atendidas em troca de

---

<sup>17</sup>- Ver também Macedo (1908).

<sup>18</sup>- Ver Fallers (1961/1962) para uma síntese sobre a presença libanesa na África Ocidental.



cerveja e champanhe (Campos e Oliveira 1911:5, 9). Argumentavam ainda que medidas para proteger o pequeno comércio nacional e para evitar a crescente desnacionalização da população indígena deveriam ser tomadas com urgência. Entre outras, propunham a proibição do estabelecimento de novas companhias comerciais estrangeiras no interior da província e a taxação das já existentes, numa clara admoestação aos libaneses (Campos e Oliveira 1911:11).

O pessimismo português constituidor de uma auto-imagem carregada de indignação era de tal ordem que eles se viam fracos e inferiores até mesmo perante os cabo-verdianos que dominavam os estratos médios da administração colonial e gerenciavam a maioria das pequenas e médias empresas comerciais. Em 1924, já bem adiantado o processo de monopolização do comércio externo da província nas mãos de uma companhia metropolitana e já plenamente consolidada pela força das armas a autoridade portuguesa em toda a província, era o próprio governador da Guiné, Jorge Caroco, que proclamava entre resignado e insurgente que o português era um estrangeiro numa Guiné que, de fato, era uma colônia de Cabo Verde, tal era a prevalência dos cabo-verdianos no mais variados escalões governamentais (Caroco 1924:25-26).

O olhar fragilizado se manifestava também no plano do conforto da alma. A má qualidade dos padres que freqüentavam as igrejas da Guiné era reconhecida antes do governador Honório Pereira Barreto apontá-la em sua *Memória* de 1843. Na descrição de 1831, feita pelo prefeito de Cabo Verde, Manuel António Martins, sobre o estado das povoações portuguesas na Guiné, é ressaltado o fato de que os padres mandados para a Guiné eram escolhidos entre os piores do arquipélago, como uma espécie de castigo (in Faro 1958:206). Meio século mais tarde, Costa (1885:150-151) chamava a atenção para a baixa qualidade do clero da Guiné, qualificado por ele como os primeiros elementos de discórdia e desmoralização. E logo após a implantação do regime republicano em Lisboa, a Igreja perdeu o pouco prestígio que ainda tinha ante os olhos dos protonacionalistas mestiços organizados em torno da *Liga Guineense* e do *Centro Escolar Republicano*. Assim é que o comerciante Manoel António de Oliveira, numa carta denúncia contra o Diretor da Alfândega, equiparava monarquia, fraudes e *jesuitismo* (Oliveira 1911:3). E o cabo-verdiano Valentim da Fonseca Campos condenava os membros da Comissão Municipal de Bissau por terem realizado uma subscrição pública para consertar a igreja da cidade em vez de trabalhar para instrução e saúde do povo. Isto representava, segundo ele, uma "fantochada jesuítica" típica dos ineptos e fracos governantes do decadente regime monárquico (Campos 1911:9).

Um "catolicismo cheio de vícios" em que se misturavam o Padre Nosso e a Ave Maria, cruces de madeiras fixadas nas ruas, cantorias, bebedeiras e o deboche (Costa 1885:150; Marques Galdes 1887:503-504) era posto em prática em arruinadas igrejas. Em 1879, o governador Agostinho Coelho enviou um ofício a Lisboa dando conta da precariedade em que se encontravam as igrejas da colônia. As únicas povoações que tinham padres para o exercício dos sacramentos eram Bolama, Bissau e Cacheu. E onde os templos havia, estavam quase completamente desprovidos de paramentos e alfaias. Em agosto de 1879, o governador remeteu para o ministério em Lisboa uma relação dos paramentos que o vigário de Bissau considerava os mais indispensáveis para a realização do culto religioso. Um ano e meio depois, em dezembro de 1880, requisitava novamente alfaias e paramentos para a inauguração da capela de Bolama com a decência e solenidade que a situação exigia<sup>19</sup>. Em Geba, a antiga igreja havia sido incendiada em 1831. Mais

---

<sup>19</sup>- Os ofícios do governador Agostinho Coelho encontram-se publicados em Duarte (1952:804-805, 821). Três anos mais tarde, em 1882, o governador Gouveia (1952:456) relatava a falta de alfaias, paramentos, pia

tarde, em 1894, uma subscrição pública foi realizada pelos notáveis cristãos da vila para reconstruí-la, mas o Bispo de Cabo Verde para lá não enviou pastor. Em meados do século XIX a vila encontrava-se sem pároco. De acordo com Valdez (1864:361-362), raras eram as pessoas batizadas e a maioria dos cristãos locais vivia "num triste estado de concubinação". Isto fazia com que, segundo as leis portuguesas, os filhos ficassem deserdados, gerando inúmeros conflitos de herança.

Por fim, a debilidade religiosa se manifestava ainda numa dimensão além das condições físicas dos templos e da má qualidade dos pastores. Ela se fazia sentir na falta de ostentação exterior do culto, que, segundo o governador Gouveia, era o que enlevava as massas (Gouveia 1952:457). A falta de solenidade em todos os detalhes do culto amainava a inclinação que a população das povoações crioulas tinha para assistir às festividades religiosas, atraídas pelas pompas do rito católico (Valdez 1864:362). Segundo o pensamento de funcionários e governadores coloniais, mais ostentação e exterioridade contribuiriam para aumentar os batismos e casamentos, a assistência à missa, para aumentar o número de convertidos e para diminuir a crença nos erros das religiões locais.

O precário progresso realizado no campo da instrução também atuava como um dos pilares sustentadores da visada de fraqueza e debilidade do colonialismo português. O capitão Marques Geraldês já apontava em tom de crítica que, no fim do século XIX, só existiam três escolas na província da Guiné, sendo que apenas uma, a de Cacheu, funcionava regularmente (1887:514), oferecendo instrução no nível primário. Em 1912, o nacionalista republicano Valentim da Fonseca Campos denunciava que as escolas patrocinadas por associações voluntárias não tinham como atender mais alunos enquanto as poucas escolas oficiais estavam às moscas em razão da falta de pessoal competente. E já no início do século, reivindicava uma escola secundária para a capital, Bolama, e escolas primárias por toda a província, aproveitando os missionários e os indígenas educados como professores (Campos 1912:41-42). Para efeitos comparativos, noto que enquanto a primeira instituição de educação superior na Serra Leoa, o *Fourah Bay College*, data de 1827, que a escola de medicina de Dacar foi fundada em 1918 e que o prestigioso *Institut Pasteur* mantém laboratórios e equipes de cientistas nesta cidade desde 1924, o ensino secundário na Guiné foi instituído muito precariamente só em 1949. Um ano depois de criada, a única escola secundária da colônia tinha apenas 78 alunos matriculados. E foi somente em 1958 que ela se tornou um liceu oficial (Teixeira da Mota 1954, II:109-110). Até então, todo sistema de ensino da província se restringia ao ensino primário, quase que exclusivo para a população dos aglomerados crioulos, e o ensino elementar, entregue desde a República a escolas religiosas, para as populações indígenas. A precariedade no campo da instrução era de tal ordem, que se tornou um mote do discurso anticolonialista a referência ao fato de que nos quatro séculos da presença ausente de Portugal na Guiné somente 14 guineenses haviam obtido um diploma de curso universitário, sendo o herói da nacionalidade, Amílcar Cabral, um dos escolhidos (Chabal; 1983:22; Forrest 1992:135). E mesmo na rica colônia angolana, a primeira escola secundária foi criada só depois da primeira guerra mundial, em 1919. A situação em Cabo Verde destoa do restante das colônias africanas. As informações obtidas são um pouco desencontradas no tocante à criação do ensino secundário, mas as fontes consultadas indicam que a primeira escola teria sido criada entre 1842 e 1847 na ilha Brava. Em 1860, foi inaugurado um liceu em Praia que, no entanto, teve vida muito efêmera. Seis anos mais tarde, a escola da ilha Brava teria sido absorvida pelo Seminário-Liceu administrado pela igreja, na ilha de São Nicolau<sup>20</sup>. O estabelecimento relativamente

---

batismal, púlpito e altar apropriado na capela recém construída de Bolama.

<sup>20</sup>- Estas informações foram obtidas em Mariano (1959:43-46); Silva Andrade (1996:178-179); França

precoce da educação secundária no arquipélago e o número de estudantes que as escolas secundárias locais abrigavam explicam parcialmente o fato de Cabo Verde ter se tornado uma espécie de reservatório dos quadros médios na administração das outras colônias portuguesas em África. O ensino superior no Ultramar africano só foi implementado muito timidamente em 1963 com o decreto que estabeleceu os Estudos Gerais. Segundo esta regulamentação, as faculdades em Angola e Moçambique ofereciam apenas uma pequena parte dos cursos do currículo, devendo o restante das cadeiras ser cursado em Portugal. A transformação destas escolas isoladas em universidades plenas, com autoridade para emitir diplomas e ofertando integralmente todas as cadeiras dos currículos dos cursos só se deu em 1968, quando já ia bem avançada a guerra anticolonial (Ferreira 1977:89).

Porém, mais do que evidências diretas sobre o estado de abandono em que se encontrava a Guiné em termos de educação, chamo a atenção para a consciência que os atores sociais tinham deste estado de coisas e para o papel que tal consciência desempenhou na construção do pessimismo português. O capitão Marques Geraldes estava cômico de que os *grumetes* das povoações crioulas na Guiné falavam mal o português porque infelizmente este não lhes era ensinado nas poucas e precaríssimas escolas da colônia. E acrescentava que os indígenas deveriam ser atraídos para o convívio com a civilização pelo ensino da língua, dos “usos e dos costumes” portugueses, pois que isto era mais barato e eficiente do que o método da pólvora e do derramamento de sangue (Marques Geraldes 1887:511-512). A consciência da precariedade vai ainda mais longe no exemplo quase anedótico narrado pelo governador Pedro Inácio Gouveia. Em seu relatório de governo de 1882 ele nota que em Bissau havia uma escola feminina cuja professora recebia um salário de 19.560 réis mensais, pago com recursos de uma disposição testamentária do rico negreiro João Marques de Barros<sup>21</sup>. A mestra contratada só ensinava as crianças a costurar, porque com um salário tão baixo não foi possível encontrar ninguém que soubesse ler (Gouveia 1952:453).

O médico Aleixo Costa também deixou registrado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* o precário estado da instrução pública na Guiné. E registrava o decadente estado da situação como um lamento, pois a instrução era, para ele, o único instrumento que permitiria trazer os indígenas para o convívio da civilização. Entretanto, consciente da pequenez das forças nacionais perante a gigantesca empresa que seria civilizar os povos da Guiné, que, muito de acordo com a opinião largamente compartilhada à época, repeliam toda a cultura, odiavam a luz e blasfemavam da civilização, perguntava para, em seguida, ele mesmo responder:

E que prodígios de ilustração, constancia e abnegação, não exige semelhante empresa!  
Quem a quererá tomar sobre os ombros?

Já o tentámos, nós os portugueses; e com isto contrahimos, perante o mundo civilizado e perante a nossa propria consciencia, o dever de proseguir na senda encetada, que, todavia, aponta-nos ao fim o premio de gloria não inferior á que tivemos quando, mostrando ao mundo absorto regiões até ali incognitas, abrimos á dilatação da luz e á expansão do progresso novos e esplendidos horisontes. Cabe-nos, pois, o stricto dever de continuar a obra começada (Costa 1885:112).

Este trecho exemplifica a perfeição que chamo de olhar fragilizado. Começa fazendo uma referência ao passado heróico dos descobrimentos, estabelecendo com ele uma continuidade através de um dever, ou uma missão, associado à honra nacional cujos

---

(1998:211-212) e Anjos (1998:85-87).

<sup>21</sup> - Para efeitos de comparação, noto que na época o salário de escrivão era de 200.000 réis.

benefícios não poderiam ser materiais dado que, em assim sendo, poluiriam o prêmio maior que é a glória alcançada. Sabedor da ausência quase total de instrução nas povoações portuguesas da Guiné, cômico da pobreza de recursos disponíveis para tal, mas propondo que se tomasse esta imensa obra sobre os ombros, o médico nacionalista aparentemente não se satisfazia com o ler e contar dos padres-professores. Advogava uma instrução aperfeiçoada, racional, aprazível, adaptada às condições e necessidades locais. Mais ainda, propunha, numa inovação extemporânea, que especial atenção fosse dada à educação das mulheres, pois, continua ele, é sobre elas que recaem os maiores encargos do futuro de todas as nações, na medida em que é através delas que os modos de ser e de olhar o mundo são transmitidos no seio da família<sup>22</sup>.

O argumento do médico português representa um intrigante caso de aproximação dos opostos tão ao gosto de um certo tipo de elite lusitana. Em um mesmo sujeito encontra-se fundido o conhecimento de uma precariedade, a certeza de uma debilidade que torna a mudança prática deste estado de coisas uma quase impossibilidade, e o devaneio irrealista de vencê-la pelo uso idealizado e irrealista de técnicas, métodos e planos racionais, consistentes e sistemáticos.

O sentimento de modéstia e humildade e sua cristalização em fórmulas estereotipadas das boas maneiras constituem a última temática ligada ao olhar fragilizado que quero trazer à baila. A energia firme e modesta do pequenino povo de um país, fraco, pobre, infeliz mas honesto e heróico, condenado pela história a provas crudelíssimas, que ganha expressão no pensamento de Oliveira Martins (ver acima), parece ser muito mais abrangente do que as idéias e sentimentos do historiador e de seus coetâneos. Ela se manifesta também nos textos menores dos portugueses e dos sujeitos coloniais que escreveram sobre a nação e suas possessões africanas sob a forma de uma estética da modéstia muito própria do olhar fragilizado. Isto se depreende da recorrente estratégia retórica de auto depreciação presente nas introduções dos textos, nas saudações e nas formas de conclusão das mensagens escritas. Cito alguns exemplos extraídos das introduções. O governador Pereira Barreto inicia sua *Memória* de 1843 alertando o leitor para o fato de que a matéria ali tratada é superior a suas forças (1947:3). Lopes de Lima manifesta o receio de dar início aos seus *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguezas* pelo pouco que promete seu “minguado cabedal”. Chelmicki (1841:iv) quer oferecer aos portugueses da África e Europa “o fructo insignificante” de suas vigílias. Varnhagem, no segundo tomo da *Corografia*, alerta no prólogo da obra que não se espere dela “boa redacção e linguagem” (Chelmicki e Varnhagem 1841). O cabo-verdiano Luiz Frederico de Barros, no prefácio de sua descrição da Guiné, também realiza a auto depreciação convencional, alertando que “o presente opusculo não é obra de nenhum merecimento litterario”; o prefácio é fechado com uma fórmula estereotipada mas cara a todos estes autores, pedindo “ao leitor illustrado toda a tolerancia para com as mal traçadas linhas” (Barros 1878). Por fim, o governador da Guiné, Joaquim da Graça Correia e Lança, se dirige ao Ministro da Marinha e Ultramar na abertura de seu relatório de governo com as seguintes palavras: “permitta-me v. ex.<sup>a</sup> que, antes de entrar na materia do relatório, antecipadamente solicite a extrema benevolencia de v. ex.<sup>a</sup> para este trabalho” (Correia e Lança 1890:5).

A auto depreciação manifesta nos exemplos acima poderia ser compreendida apenas como uma fórmula literária cristalizada nos meios mais eruditos da sociedade colonial, como convenção desprovida de significação e, como tal, não exporia o profundo

---

<sup>22</sup>- A ênfase na instrução das mulheres é um tema recorrente em vários textos coloniais. Ver, entre outros, a parte sobre instrução do relatório do governador Gouveia (1952:454).

sentimento de modéstia, pequenez e fragilidade. Porém, ela vai além da fórmula de etiqueta dos eruditos, ganhando expressão também em documentos e solicitações dos sujeitos coloniais e da gente menor das colônias. Veja-se o documento dirigido à Rainha de Portugal em 1835:

Senhora — a Junta Geral da Provincia de Cabo Verde... leva com o maior respeito a Presença de Vossa Magestade a consulta [...] Gostosa, e cheia da mais patriótica alegria, cumpre este dever: certa de que Vossa magestade não a desprezará pela baixeza do estillo com que é traçada; mas ainda se Dignará, cheia daquella liberal e virtuosa Munificença inherente á Sua Magestática Dignidade, acolhe-la com benevolencia.

A Junta confessa a sua insufficiencia pela falta de luzes para desempenhar dignamente o seu dever (in Chelmicki 1841:292).

Fórmulas lingüísticas como “vem mui humilde e respeitosamente implorar”, “pedir a sua valiosíssima proteção” abundam nos documentos do início do século XX guardados nos arquivos cabo-verdianos, sugerindo o quanto já havia sido internalizada pelos sujeitos coloniais a auto-imagem da modéstia, pequenez e fragilidade. Todos eram humildes frente às autoridades do governo: pobres, remediados e negociantes; letrados e analfabetos, funcionários coloniais com habilitações literárias e trabalhadores do cais. Pequenos e respeitosos, todos esperavam do governo uma proteção para as mazelas individuais e coletivas como o filho espera do pai e os sujeitos, dos reis<sup>23</sup>. Chamo a atenção para o fato de a maioria destes documentos foram produzidos nos anos mais laicos e rebeldes do período republicano. A ironia é que este mesmo governo, de quem os pequenos esperavam proteção, também se considerava frágil perante as colônias vizinhas das outras potências européias e perante a alta administração em Lisboa, que se considerava apenada frente à colossal força das grandes nações do norte.

Outros elementos do repertório lingüístico também contribuem para colorir a estética da modéstia e o sentimento de humildade que são partes constituintes do olhar fragilizado dos sujeitos coloniais. Insisto que são elementos compartilhados pelos mais variados espectros da sociedade colonial. Alguns casos, pelo pitoresco que carregam, ilustram meu argumento. Em janeiro de 1923, meia centena de moradores da ilha de Maio, entre eles negociantes e proprietários, escreveram um requerimento ao Encarregado do Governo na capital da colônia solicitando a reabertura do Concelho da ilha, recentemente extinto. Nesta peça há uma profusão de expressões próprias do olhar fragilizado:

Sentir necessidades e lidar por satisfazê-las é inevitável condição da vida humana, portanto, Excelência, nós abaixo assinados, *obscuros habitantes* da ilha do Maio, *altamente comovidos*, vimos hoje manifestar a V. Ex.<sup>a</sup>, *nesta singela petição, o grau da nossa tristeza* ao lermos no órgão oficial desta provincia a portaria que extinguiu o Concelho *desta nossa pobre e querida pátria*, colocando-nos numa situação degradante — ante aos olhos da Colônia inteira, senão do mundo inteiro português! Porque Excelência? Quando tódo o povo se levanta e anda à procura de nova vida, de nova gloria, numa fêbre ardente jámais vista, *nós os humildes incolas do Maio*, com a portaria supracitada, estamos numa situação de caranguejos, isto em pleno século vinte — de aurificante sol<sup>24</sup>!

<sup>23</sup> - Um estudo dos valores e símbolos que orientam as relações entre sujeitos e autoridades coloniais nas colônias portuguesas, por mais interessante que possa ser, está fora das intenções do presente trabalho. Uma tentativa de abordar este tema no caso da Guiné-Bissau pode ser encontrada em Trajano Filho (1998).

<sup>24</sup> - Arquivo da Praia, Cota SGG A1/A1.4/Cx. 69.

Ainda no plano dos requerimentos, 43 moradores da ilha de São Vicente encaminharam um abaixo-assinado ao mesmo Encarregado do Governo em dezembro de 1924 solicitando a abertura de uma Escola Normal no Liceu Nacional de São Vicente. Nele aparece uma locução muito comum nos textos da época, de importante significado para o arguermento geral deste trabalho. Eis o primeiro parágrafo do requerimento:

Nós os abaixo-assinados, residentes da cidade do Mindelo, animados pelo entranhado amor que V. Ex.<sup>a</sup> dedica a esta *infeliz Provincia*, e confiados na boa-vontade que V. Ex.<sup>a</sup> tem manifestado, em todas as ocasiões, de trabalhar a bem do progresso das Ilhas de Cabo-Verde, vimos em nome do povo de Cabo-Verde, *solicitar a valiosa protecção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o momentoso assunto da instrução pública*, como passamos a expor<sup>25</sup> (ênfases minhas).

A infelicidade e a tristeza dos grupos parece se intensificar quando se trata de pessoas, que muitas vezes se definem como suplicantes. A carta de um professor da ilha de Santo Antão ao governador de Cabo Verde pedindo uma “melhora de sua situação” é comovedora. Cito alguns trechos:

Zacarias Resende de Melo....tendo... humildemente pedido a Sua Excia. a sua valiosissima protecção, e, precisando mostra por meio de um abaixo assinado que o seu pedido é justo, vem humildemente fazel-o, enviando enclusa a copia do abaixo assinado... visto que o suplicante gosta de justificar o pedido que fez [a]o senhor Governador, homem caritativo e amigo dos pobres.

O suplicante pede licença para nesta tão mal feita exposição, que não tem protecção alguma ...

Pelo exposto verá Sua Excia. que esta humilde pessoa que se atreve em dirigir-se a um tão alto personagem, sem habilitações para o fazer, precisa muitissimo de melhorar a sua infelis situação, pois ... tem sido muito infelis...

(...)

Finalmente espera o suplicante que Sua Excia.... condoendo-se da situação de um desgraçado... fará um beneficio a este homem, despido de toda a protecção, pela saude e muita felicidade da sua ilustre familia... Pede desculpas dos erros, pois aproveitando esta mala so quis dizer a verdade pura, esperando... ser disculpado (sic) pelos erro (sic) ou falta dexpressão (sic)<sup>26</sup>.

A consciência pessimista referida ao conforto intelectual se manifesta também, em termos análogos, nos textos cujos autores são os protonacionalistas que, na Guiné, se congregaram em torno da *Liga Guineense* e do *Centro Escolar Republicano*. Estas duas associações fundadas respectivamente em 1910 e 1911 tinham como objetivos explícitos promover a instrução de seus membros e familiares e trabalhar para o desenvolvimento da Guiné e de seus associados<sup>27</sup>. A íntima associação destes dois objetivos indicava que estas associações voluntárias veiculavam um projeto político para a colônia de natureza muito difusa. Tal projeto procurava mediar a contradição inerente a todo projeto colonial, que é desenvolver a colônia para torná-la cada vez mais lucrativa e, ao mesmo tempo, manter o desenvolvimento colonial sob estrito controle, de modo a impedir qualquer tentativa por parte dos colonizados de assumir o comando do sistema (cf. Fabian 1986:68). Diferente dos

<sup>25</sup> - Arquivo da Praia, Cota SGG A1/A1.4/Cx. 69.

<sup>26</sup> - Arquivo da Praia, Cota SGG A1/A2.4/Cx. 88.

<sup>27</sup> - Sobre estas associações e o período ver Trajano Filho (1998:228-313).

exemplos anteriores, os autores dos excertos apresentados abaixo, faziam parte da elite das povoações crioulas da Guiné. Marcadamente republicanos no sentimento exterior, francos defensores de uma autonomia política relativa para a Guiné, críticos dos vários governadores coloniais, estes protonacionalistas incorporaram profundamente a estética da modéstia, o sentimento de humildade e pequenez, a tristeza e a infelicidade que marcam o olhar fragilizado. E alguns deles assim fazem para afirmar mais enfaticamente a sua identidade portuguesa.

Nestes textos e discursos observa-se o curioso curso tomado pelo entranhado sentimento de pessimismo e pela auto-imagem de debilidade e fraqueza em seu trajeto de Portugal à Guiné. Da auto-representação marcada por fragilidade e inferioridade em contraposição às outras nações europeias nos escritos dos metropolitanos sobre as colônias aos textos e discursos dos comerciantes da *Liga*, assiste-se a uma sutil transformação. Premidos pelo espírito de resistência das populações indígenas, pela crescente força comercial, militar e administrativa das outras potências coloniais europeias, os luso-africanos e *grumetes* das povoações guineenses parecem estar condenados a assumir o modo de olhar português para si e para suas colônias em África.

Os valores que melhor expressam essa forma local de assunção são também os da humildade e modéstia coloridos por uma certa tristeza e infelicidade. Alguns exemplos ilustram minha asserção. Valentim da Fonseca Campos publicou em 1912 um opúsculo virulento contra o governador da Guiné, o qual endereçava ao Ministro das Colônias e à imprensa republicana em Lisboa. Neste panfleto, o comerciante e funcionário cabo-verdiano e Tesoureiro do *Centro Escolar* se definia como "um português que habita a Guiné há 21 anos" (Campos 1912:5). Ao endereçar sua denúncia à imprensa metropolitana, ele afirmava ser o patriotismo que o levava a tornar público os fatos arrolados, pois eles serviam para que todos aprendessem com os erros da monarquia. Esta havia caído "devido aos maus processos da sua administração." E, continuava ele, se a República seguisse o mesmo caminho, o novo regime não tardaria "a baquear, arrastando na sua queda as nossas colônias..." E concluía o virulento ataque ao monarquismo assinando como "humilde e pobre concidadão" (:7). Numa purulenta carta pública ao governador da Guiné com o mesmo teor de denúncias, o mesmo autor se apresentava como republicano, desiludido e pobre, mas sincero e coerente com suas crenças. E antes de passar à narração propriamente dita dos fatos que pretendia criticar, como era parte da etiqueta lingüística do lugar e da época, desculpava-se humildemente com o governador pela ortografia e sintaxe do texto, "pois como sabeis o meu officio não é prosador" (Campos 1911:6). Vale notar que a pobreza do autor não era material, já que em 1911 Campos era um dos 30 maiores contribuintes fiscais da Guiné.

O guineense José Gomes de Araújo fez parte da primeira direção da *Liga Guineense* como seu Conselheiro Fiscal. Após a derrota dos protonacionalistas em 1915, o comerciante parece ter se aproximado do governador colonial participando de sua cerimônia de posse. Alguns anos mais tarde, em 1922, ele saudava um outro governador colonial com as mesma recorrentes expressões que venho examinando:

Senhor Governador — Venho na qualidade de português que me honro de ser... cumprir humildemente um dever em que tenho a grande honra de dar as boas vindas a V.Ex.<sup>a</sup>... O estado de acabrunhamento em que se encontra o meu espírito por não poder em bom português, exprimir de maneira que V. Ex.<sup>a</sup> me compreenda e bem assim interpretar como era meu desejo, o espírito do povo que vos admira e venera, faz-me não prolongar a mensagem. (...) Regosijamo-nos e é grande a nossa gratidão pela forma que V. Ex.<sup>a</sup> tem administrado esta província até então e fazemos votos para que V. Ex.<sup>a</sup> continue por

muitos anos à testa desta nossa infeliz Pátria que solicitava um pulso de ferro para manter a disciplina.  
Viva a Guine! Viva Portugal! (in Carçoço 1924:134).

O último exemplo vem do Memorial que teria escrito o *grumete* João Okica ao Ministro das Colônias solicitando armamentos e munições — com a promessa de devolver os primeiros e pagar pelas últimas — para que pudesse assumir o cargo de régulo de Brame Grande e Có, apoderado por outrem quando do falecimento do antigo régulo, seu pai. Okica é uma destas figuras ambíguas que habitam o mundo colonial. Filho de um chefe mancanha e oficial de 2ª linha do exército com uma grande folha corrida de serviços prestados, ele era um homem com duplas alianças e lealdades. Havia auxiliado os comerciantes crioulos de Bissau e seus ajudantes, chegando a salvar em mais de uma ocasião negociantes e *grumetes* daquela povoação das ameaças de morte feitas por indígenas de sua tribo e por manjacos, balantas e papéis. No Memorial transcrito no opúsculo de Valentim da Fonseca Campos, Okica assim se apresentava:

Eu como official de 2ª linha do exercito portuguez, patria que tanto amo defendi e defenderei sempre, porque, apesar de não ter nascido em Portugal sou portuguez d'alma e coração, não posso assim abdicar dos meus direitos nem deixar enxovalhar a nossa veneranda bandeira perante os selvagens que se riem do nosso prestigio e governo (in Campos 1912:31).

E depois de expor sua solicitação, assim se despedia:

Por tudo o que deixa esposto, espera que v. ex.<sup>a</sup> não recusará ao mais humilde cidadão portuguez, a insignificancia que pede para brilho das instituições republicanas e honra do velho Portugal. Bissau, 25 de janeiro de 1912. De V. Ex.<sup>a</sup> o mais sincero e humilde patriota (in Campos 1912:32).

Aqui se faz presente o sentimento de ultraje pátrio perante os selvagens que desdenham do nome, do prestígio e da bandeira portuguesa. E este sentimento se torna ainda mais autêntico por nascer dos corações de patriotas humildes, acabrunhados e insignificantes, de cidadãos perdidos nos rincões do sertão da Guiné a insistir na ingloria mas honrada tarefa de, com parcimônia de meios materiais, com muita obstinação e com um limitado repertório lingüístico, defender a honra do velho Portugal e expressar a veneração devida ao chefe detentor das boas qualidades.

### **Finalizando**

Estes excertos de textos e discursos de sujeitos coloniais do início do século XX na Guiné e em Cabo Verde são exemplos de como a visada da pequenez, do pessimismo e da debilidade gerada na metrópole foi incorporada localmente e assumida como um valor evocado pelas categorias humildade, tristeza e infelicidade que aparecem de forma estereotipada nas cartas, requerimentos, opúsculos e livretos. A pobre e infeliz pátria e seus infelizes sujeitos necessitam ser governados com um pulso de ferro, mas por homens caritativos e amigos dos pobres, caso contrário permaneceria num estado de profunda melancolia. Este sentimento de debilidade e humildade é característico de uma auto-imagem marcada por um alto grau daquilo que o historiador Philip Curtin (1972:243) chamou de privação relativa — uma situação na qual a distância entre as expectativas legítimas do povo e os duros fatos da vida real produz um sentimento ubíquo de sofrimento eterno e de frustração. Este verdadeiro *ethos* da cultura crioula da Guiné-Bissau se mostra



nos lamentos resignados *N' sufri!* e *jitu ka tene* (“como soffro!” e “não tem jeito”), que de tão ouvidos nas povoações guineenses acabam por se tornar um modo de ser.

Quero concluir com uma nota de cautela. A assunção por guineenses e caboverdianos da primeira metade do século XX de alguns elementos constituidores da auto-imagem de debilidade, pessimismo e pequenez desenvolvida originalmente em Portugal é certamente indicativa do êxito alcançado pela frágil potência colonial em criar nas suas províncias ultramarinas uma hegemonia orientadora da percepção e da experiência social. Débil demais para se impor militarmente, excessivamente dependente para abdicar da “cooperação” das outras nações colonizadoras, sem recursos para implementar o que idealizava como a sua centenária missão civilizadora no mundo, a pobre nação portuguesa foi forte o bastante para construir, manter e inculcar em seus sujeitos coloniais uma imagem derivada de seu olhar para si mesma. Porém, isto não implica na perda de agência por parte dos sujeitos coloniais. Em outra ocasião analisei as disputas ocorridas nas primeiras décadas deste século em torno do uso da língua, dos canais de comunicação e de uma etiqueta comunicativa, mostrando o quanto a oralidade e, em especial, os rumores que circulavam nas povoações crioulas da Guiné representaram a resistência e a reação dos sujeitos coloniais perante à hegemonia construída (Trajano Filho 1993). A cultura crioula na Guiné se desenvolve e se reproduz a partir de um colonialismo pessimista e da presença ausente de uma autoridade colonial que não se afirma e não se impõe diretamente perante as populações indígenas. Necessita de agentes que façam a mediação entre os universos culturais europeu e africano e vai constitui-los no ambiente das povoações precariamente fortificadas às margens pantanosas das rias da Guiné. Exercendo desde o nascimento o papel de mediadora, a sociedade crioula jamais alcançou autonomia para sua reprodução social, tendo que incorporar das duas vertentes que a geraram a gente e suas práticas e valores. Por isto, todo discurso elaborado em seu interior acerca dela mesma faz forçosamente uma referência a algo que lhe é exterior. A incorporação transformada de uma auto-imagem marcada pelos atributos da humildade, pobreza e fragilidade é uma decorrência do próprio processo de crioulação e pode muito bem expressar, em relação à nação colonizadora, o mesmo tipo de resistência baseado no poder dos fracos que Portugal pôs em ação para experienciar sua relação com os outros impérios coloniais europeus.

## REFERÊNCIAS

Alexandre, Valentim

2000 – *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.

Anjos, José Carlos Gomes dos

1998 - *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição Identidade de Nacional*. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul..

Barros, Luiz Frederico de

1878 - *Senegambia Portuguesa ou Noticia Descritiva das Diferentes Tribus que Habitam a Senegambia Meridional*. Lisboa: Typographia Editora de Mattos Moreira e Cia.

Bowman, Joye L.

1986 - "Abdul Njai: Ally and Enemy of the Portuguese in Guinea-Bissau, 1895-1919." *Journal of African History*, 27 (3):463-479

Buarque de Holanda, Sérgio

1984 - *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Cahen, Michel

1995 - "Sur quelques mythes et quelques réalités de la colonisation et de la décolonisation portugaises". In Argeron, Charles-Robert et Michel, Marc (dir.), *L'ère des décolonisations*. Paris : Karthala.

Campos, Valentim da Fonseca

1911 - *Carta Aberta a S. Ex. o Governador da Guiné*. Lisboa: Imprensa Africana.

1912 - *A Guiné a Saque. Documentos e Factos para a Historia*. Lisboa: Imprensa Africana.

Campos, Valentim da Fonseca e Oliveira, Manuel António

1911 - *Explicação ao Povo da Guiné. Porque Pedimos a Demissão de Vogaes da Comissão Municipal de Bissau*. Lisboa: Imprensa Africana.

Caroço, Jorge

1924 - *Relatorio Annual do Governador da Guiné (1921-1922)*. Coimbra: Imprensa da Universidade

- Chelmicki, José Conrado Carlos de  
1841 - *Corografia cabo-verdiana ou descrição geographico-historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, Tomo I. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha.
- Chelmicki, José Conrado Carlos de e Varnhagem, Francisco Adolpho de  
1841 - *Corografia cabo-verdiana ou descrição geographico-historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, Tomo II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha
- Clarence-Smith, Gervase  
1985. – *The Third Portuguese Empire, 1825-1975 – A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press.
- Comaroff, Jean and Comaroff, John  
1991 - *Of Revelation and Revolution: Christianity, Colonialism and Consciousness in South Africa*, Volume One. Chicago: The University of Chicago Press.
- Correia e Lança, Joaquim da Graça  
1890 – *Relatório da Provincia da Guiné Portuguesa* (referido ao anno economico de 1888-1889). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, Aleixo Justiniano S.  
1885 - “Provincia da Guiné Portuguesa”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4 (2):94-112, (3):149-160, (4):188-203.
- Cunningham, James  
1980 - "The Colonial Period in Guiné." *Tarikh*, 6 (4):31-45.
- Curtin, Philip D.  
1972 – “African Reactions in Perspective”. In Curtin, Philip (ed.), *Africa and the West: Intellectual Responses to Europeans Culture*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Duarte, Fausto  
1952 - “A libertação da Guiné Portuguesa pela Carta de lei de 1879”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 7 (28):789-831.
- Fabian, Joahannes  
1986 - *Language and Colonial Power: The Appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo, 1880-1938*. Cambridge: Cambridge University Press.  
  
1998 - *Moments of Freedom*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Fallers, Lloyd A.  
1961/1962 - “The Lebanese in West Africa.” *Comparative Studies in Society and History*, 4:296-336.

- Faro, Jorge  
1958 - “Os Problemas de Bissau, Cacheu e suas Dependências Vistos em 1831 por Manuel Antonio Martins.” *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* 13 (50):203-216.
- Feijó, João da Silva  
1986 – “Ensaio Político sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica das mesmas” [1813]. In Carreira, A. (org), *Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa:
- Ferreira, Eduardo S.  
1977 - *O Fim de uma Era: O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Sá da Costa.
- Fonseca, A. Loureiro da  
1905 - “Guiné.” *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 23 (11):394-404.
- Forrest, Joshua B.  
1992 - *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.
- França, Arnaldo  
1998 - “Evolução da literatura cabo-verdiana”. In Almeida, J. Maria (dir.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional.
- Freudenthal, Aínda  
2001 – “Voz de Angola em Tempo de Ultimato”. *Estudos Afro-Asiáticos* 23 (1):135-169.
- Fry, Peter  
1998 - *Smuts Lectures I*. ms.  
1998a - *Smuts Lectures II*. ms.
- Furtado, Alexandre  
1986 - “Investigação sobre a história do ensino na Guiné-Bissau”. *Soronda* 1: 125-142.
- Gouveia, Pedro Inacio  
1952 – “Relatório” [1882] (editado por Fausto Duarte in "Guiné — ou Senegâmbia Portuguesa — no Tempo do Governador Pedro Inacio de Gouveia"). *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. 7, nº 26: 403-476.
- Guimarães, Ângela  
1984 - *Uma Corrente do Colonialismo Português: A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Porto: Livros Horizonte.
- Hammond, Richard

- 1966 - *Portugal and Africa: A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press.
- 1970 - "Uneconomic Imperialism: Portugal in Africa Before 1910". In Gann, L. and P. Duignan (eds.), *Colonialism in Africa, 1870-1960, Volume 1: The History and Politics of Colonialism, 1870-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hintze Ribeiro, Ernesto Rodolpho  
1891 - *Portugal e a Inglaterra. As negociações do tratado sobre os domínios de África*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Husserl, Edmund  
1962 - *Ideas*. New York: Collier Books.
- Lopes de Lima, José Joaquim  
1844 - *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas*. Livro 1 (Partes 1 e 2). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Macedo, José Monteiro de  
1908 - *Acudam a Guiné*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal.
- Mariano, Gabriel  
1959 - "Do funco ao sobrado ou 'o mundo' que o mulato criou". In *Colóquios Cabo-Verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Mark, Peter,  
2002 - "*Portuguese*" *Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries*. Bloomington: Indiana University Press.
- Marques Geraldês, Francisco A.  
1887 - "Guiné Portuguesa." *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* vol. 7, nº 8: 465-522.
- Newitt, Malyn  
1981 - *Portugal in Africa: the last hundred years*. London: C. Hurst & Co.
- Oliveira, Manoel Antonio  
1911 - *Carta Aberta ao Cidadão Cezar Corrêa Pinto, Director da Alfandega da Guiné*. Lisboa: Imprensa Commercial.
- Oliveira Martins, Joaquim Pedro  
1953 - *Portugal em África* (2ªed). Lisboa: Guimarães e Cia. Editores  
1977 - *História de Portugal* (17ª ed.). Lisboa: Guimarães e Cia. Editores.

- Pélissier, René  
1989 - *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936)*, 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira Barreto, Honório  
1947 - "*Memoria sobre o Estado Actual de Senegambia Portuguesa, Causas de sua Decadencia e Meios de a Fazer Prosperar*" [1843]. In Walter, J. (dir.), *Honório Pereira Barreto*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Pusich, Antonio  
1956 - "Memória ou descrição físico-política de Cabo Verde" (anotado por Orlando Ribeiro) [1810]. *Garcia de Orta* 6 (4):605-634.
- Queiroz, Eça  
1965 - "O Ultimatum". In Eça de Queiroz, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*. Porto: Lello & Irmão — Editores.
- Quental, Antero de  
1982 - "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos". In Quental, A., *Prosas Sócio-Políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Seed, Patricia  
1995 - *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1412-1640*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Senna Barcellos, Christiano José de  
1912 - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*", Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional (1912).
- Silva Andrade, Elisa  
1996 - *Les îles du Cap-Vert: de la "Découverte" à l'Independance Nationale (1460- 1975)*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- Teixeira da Mota, Avelino  
1954 - *Guiné Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Teixeira Pinto, João  
1936 - *A Ocupação Militar da Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Trajano Filho, Wilson  
1993 - "A tensão entre a escrita e a oralidade". *Soronda: Revista de Estudos Guineenses* 16:73-102.  
  
1998 - *Polymorphic Creolodom: The Creole Society of Guinea-Bissau*. Doctoral dissertation. Philadelphia: U. of Pennsylvania.
- Valdez, Francisco T.  
1864 - *Africa Occidental: Notícias e Considerações*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcellos, Ernesto J.

1917 – *Guiné Portuguesa: Estudo Elementar de Geografia Física, Económica e Política*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

Walter, Jaime

1947 - “Biografia.” In Walter, J (dir), *Honório Pereira Barreto*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**  
**Últimos títulos publicados**

330. SEGATO, Rita Laura. Antropología y Psicoanálisis. Posibilidades y Límites de un diálogo. 2003.
331. NERY, Paulo Roberto Albieri. Relatos de Viagem e Construção da Pessoa em Guimarães Rosa: o deslocamento como valor. 2003.
332. SEGATO, Rita Laura. La Argamasa Jerárquica: Violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del Derecho. 2003.
333. PINA CABRAL, João de. Guerreiros da Nova Era: Macau na Encruzilhada Colonial. 2003.
334. SEGATO, Rita Laura. Las Estructuras Elementales de la Violencia: Contrato y Status en la Etiología de la Violencia. 2003.
335. CARVALHO, José Jorge de. La Etnomusicología en Tiempos de Canibalismo Musical. Una Reflexión a partir de las Tradiciones Musicales Afroamericanas. 2003.
336. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Pesquisas *Em* vs. Pesquisas *Com* Seres Humanos. 2003.
337. LITTLE, Paul E. Abundance is not Enough: Water-related conflicts in the Amazon River Basin. 2003.
338. BAINES, Stephen G. Os Índios Makuxi e Wapichana e suas relações com Estados Nacionais na fronteira Brasil-Guiana. 2003.
339. TRAJANO FILHO, Wilson. Pequenos mas Honrados: Um Jeito Português de Ser na Metrópole e nas Colônias. 2003.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Brasília  
70910-900 – Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368

Fone/Fax: (061) 273-3264/307-3006

E-mail: [dan@unb.br](mailto:dan@unb.br)